

**PARECER JURÍDICO Nº 11/2022****Consultante: Município de São Francisco.****Assunto: Minuta do contrato. Inexigibilidade de Licitação nº 11/2022****1. Relatório**

Versam os autos sobre contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria externa conforme proposta, através de processo de inexigibilidade de licitação.

Pretende a Administração, para consecução de tal mister, exigir a licitação, fulcrado no artigo 13, III c/c artigo 25, II, § 1º, do Estatuto Federal das Licitações.

É o que impende relatar.

2. Fundamentação

Inicialmente convém deixar clarividente que, salvo exceções, a administração pública, quando contrata com particular, deve fazê-lo através de torneio público, com a finalidade de escolher a proposta mais vantajosa.

No entanto, casos há em que a deflagração do certame afigura-se inconveniente, seja em razão do valor ou da natureza do serviço. Os artigos 24 e 25, da Lei nº 8.666/93 enumeram as hipóteses em que a licitação pode ser abandonada, sem que isto implique em afronta aos princípios constitucionais que regem a administração pública.

Para a contratação em exame poder-se-ia aplicar as disposições insertas nos artigos 13 e 25, da Lei nº 8666/93, posto que o labor proposto encaixa-se no conceito de serviços técnicos especializados a que aludem tais dispositivos.



Construindo uma nova história.

Com efeito, dispõe o primeiro deles, litteris:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

Eis os motivos que direcionam a administração a inexigir, no presente caso, o processo licitatório, nos termos em que recomendado pelo artigo 25, II, da Lei nº 8666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(....)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Dito isto, As especificidades dos serviços devem ser aferidos pela autoridade competente, notadamente no que tange a especialização da empresa e seus técnicos, lado outro, não avistei que os serviços são singulares, conforme art. 25, II, supracitado, de modo a atrair a incidência da norma de inexigência, providência esta de competência do setor referente a contratação.

3. Dispositivo.

Ex positis, esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade, em tese, de contratação direta, caso seja demonstrado que os serviços revestem-se de singularidade, bem como a especialização da empresa e seus técnicos.

Lf.



C I D A D E D E

São Francisco

009082

Construindo uma nova história.

Observe-se, o setor competente, os requisitos legais exigíveis para formalização do processo, bem como os documentos indispensáveis à sua perfeita instrução, a exemplo da descrição minuciosa dos serviços, a compatibilidade do preço proposto, especialização da empresa na área, dentre outros.

Logo, em atendimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, aprovo a minuta do contrato, observando-se os apontamentos alhures.

É o parecer, s.m.j.

São Francisco/SE, em 18 de abril de 2022.


FABRÍCIO PEREIRA XAVIER SOUZA
OAB/SE 6174